

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FEMINISMO DECOLONIAL:

ferramenta para análise da presença de parlamentares negras no Congresso
Nacional brasileiro

Letícia Conceição Martins Cardoso¹
Nayara Cristina Silva Ferreira²

RESUMO

Este artigo revisita obras de autoras feministas negras e decoloniais (CURIEL, 2014; GONZALEZ, 2019; CARNEIRO, 2019; LUGONES, 2014; VERGÈS, 2020), a fim de demonstrar a pertinência desses estudos para investigar o alcance e a representatividade de parlamentares negras federais do Brasil na rede social digital Instagram. Busca-se entender a maneira como o recorte de gênero e de raça mediam a trajetória das mulheres negras parlamentares, configurando suas posições no Congresso Nacional.

Palavras-chave: feminismos negro e decolonial; mulheres negras; política.

ABSTRACT

This article revisits works by black feminist and decolonial authors (CURIEL, 2014; GONZALEZ, 2019; CARNEIRO, 2019; LUGONES, 2014; VERGÈS, 2020) in order to demonstrate the relevance of these studies in investigating the reach and representation of black female congresswomen from Brazil on Instagram. The aim is to understand how the intersection of gender and race shape the trajectory of black congresswomen, configuring their positions in the National Congress.

Keywords: black and decolonial feminisms; black women; politics.

1 INTRODUÇÃO

¹Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestra em Ciências Sociais pela (UFMA); leticia.cardoso@ufma.br.

² Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Faculdade Araguaia; nayaracristinasf@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que pretende analisar o alcance e a visibilidade de parlamentares negras federais no Brasil na rede social digital Instagram.

Diante desta perspectiva, que abrange questões relacionadas principalmente a gênero, raça e classe, recorreremos às obras de Ochy Curiel, Maria Lugones, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Françoise Vergès e Heloísa Buarque de Hollanda. Juntas, elas tratam de conceitos que embasam teorias feministas contemporâneas, marcadamente decoloniais e negras, que rompem com o conceito do feminino e das relações de poder, raciais e gênero, além de se manifestarem contra as imposições culturais dos colonizadores.

“A marca mais forte deste momento é a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala” (HOLLANDA, 2020, p. 13).

Sob esse viés, buscamos entender a configuração do Congresso Brasileiro, que se constitui predominantemente de homens brancos, bem como refletir sobre a trajetória das mulheres negras na política brasileira, especificamente, no Congresso Nacional, com o auxílio da teoria feminista negra e decolonial.

2 A RUPTURA COM A COLONIALIDADE DO GÊNERO

A colonização foi o período no qual os povos que habitavam a região que viria a ser denominada América Latina estiveram sob o domínio administrativo, político e econômico de países europeus. Segundo o sociólogo peruano Anibal Quijano (1991), o pensamento colonial é uma consequência dessa dominação na forma como estes povos passaram a construir sua sociedade, e que perdura até hoje.

De acordo com a cientista social e antropóloga afro-dominicana Ochy Curiel (2014), as propostas decoloniais oferecem um modo de pensar criticamente, para que possamos entender a especificidade histórica e política de nossas sociedades. As

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

teorias e os conceitos europeus e norte-americanos foram trazidos para a América Latina sem uma contextualização com a nossa realidade e sem considerar características específicas da vivência das mulheres dessa região. Assim, o que se busca é questionar as narrativas oficiais, mostrando a relação entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo e a forma como se estruturam as hierarquias sociais. A autora afirma que existem poucos trabalhos que mostram de modo claro as diferenças entre feminismo pós-colonial e feminismo decolonial.

Entretanto, podemos nos arriscar a dizer que o feminismo pós-colonial propõe uma outra narrativa, em detrimento à do feminismo hegemônico – geralmente branco e ocidental de mulheres do “Terceiro Mundo” – e introduz a importância de levarmos em conta a raça, a classe e a própria geopolítica para entendermos as relações geopolíticas (CURIEL, 2020, p.144).

Neste sentido, o feminismo decolonial propõe uma nova perspectiva de análise. Heloísa Buarque de Hollanda (2020) explica que feminismo decolonial questiona a colonialidade do saber, indica avanços políticos na América Latina e propõe uma revisão das teorias feministas eurocentradas:

O que inclui o fim da divisão entre teoria e ativismo, característica de nossos feminismos desde sempre. Se nas décadas de 1960-1990 o feminismo branco norte-americano e europeu foi incorporado com facilidade no feminismo latino-americano e brasileiro, hoje essa aceitação acrítica traz problemas. A consciência da violência e opressão dos processos colonizadores faz surgir um campo de reflexão com o qual o feminismo passa a dialogar (HOLLANDA, 2020, p. 15).

A colonialidade se refere a um padrão de poder que não está limitado às relações formais de dominação colonial, vai além, envolve o modo pelo qual as relações se estruturam com base em posições de domínio e subalternidade associados a questões raciais. “A distinção entre decolonial e descolonial segue a mesma lógica. A supressão da letra ‘s’ marcaria a diferença entre a proposta de rompimento com a colonialidade em seus múltiplos aspectos e a ideia do processo histórico de descolonização” (HOLLANDA, 2020, p. 18).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O conceito de feminismo decolonial que utilizaremos é proposto pela socióloga argentina María Lugones (2014), segundo a qual, a colonização das Américas e do Caribe partiu de uma distinção dicotômica hierárquica entre humano e não humano que foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental e inclui também, entre outras, a distinção hierárquica dicotômica entre homens e mulheres.

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (LUGONES, 2014, p. 936).

Para tratar do feminismo decolonial, Lugones (2014) resgata o conceito de “colonialidade do poder” desenvolvido por Quijano (1991). O termo traz uma referência à classificação das populações do mundo em termos de raças, descrevendo a racialização das relações entre colonizadores e colonizados/as como constitutiva do sistema de poder capitalista do mundo. De acordo com o autor, a “colonialidade do poder” cria um padrão mundial de poder que se baseia na ideia de raça, com a imposição de uma classificação racial/étnica: índios, negros, marrons, amarelos, brancos, mestiços; e uma classificação geocultural: América, África, Oriente Distante, Oriente Próximo, Ásia Ocidental ou Europa.

O conceito de Quijano (1991), restrito à raça, segundo Lugones (2014) não é suficiente para definir a colonialidade do poder, que precisa abranger também o gênero. Assim, a autora insere a categoria gênero no pensamento decolonial. A socióloga fornece então uma forma de compreensão da opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heteronormatividade. “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’ (LUGONES, 2014, p. 941).

Para Lugones (2014), o sistema de gênero, que é hierárquico, coloca a mulher racializada na base, sempre a última, em qualquer categoria que esteja ou que a

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



coloquem. Assim, quando se fala na categoria “mulheres” referem-se apenas às mulheres brancas. Já na categoria “negro” referem-se aos homens negros.

Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, mestizas, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. A interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor (LUGONES, 2014, p. 942).

A questão da hierarquização também é apontada na obra da filósofa, escritora e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez. A autora explica que as sociedades ibéricas se estruturaram de forma hierarquizada, com castas sociais diferenciadas e complementares e isso foi passado para as regiões colonizadas por Espanha e Portugal, por exemplo.

Nesse tipo de estrutura, onde tudo e todos têm um lugar determinado, não há espaço para a igualdade, principalmente para grupos étnicos diferentes. Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não podiam deixar de se caracterizar como hierárquicas (GONZALEZ, 2020, p. 47).

Assim, racialmente estratificadas, as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante. De acordo com Gonzalez (2020), o racismo latino-americano é tão eficiente que mantém negros e indígenas no interior das classes mais exploradas, graças à ideologia do branqueamento, que reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos considerados verdadeiros e universais.

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura (GONZALEZ, 2020, p. 47).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Para a Gonzalez (2020), outra prova da imposição da ideologia do branqueamento em países latino-americanos é a exclusão de indicadores raciais nos seus censos e em outros documentos. Em relação aos indígenas, tentam mantê-los como símbolo de resistência ao mesmo tempo em que os mantêm subordinados. Já em relação aos negros, são muitos os estudos sobre a situação deles no período escravocrata, entretanto, historiadores e sociólogos os silenciaram desde a abolição da escravatura até os dias de hoje, ao ignorarem suas existências e características específicas.

3 O FEMINISMO PRECISA TER COR

A origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia, mas não abrange todas as mulheres. Mesmo que, através dele, tenham sido alcançadas contribuições fundamentais para a discussão sobre a discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, como as sofridas pelas mulheres negras. “O que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial” (GONZALEZ, 2020, p. 44).

A filósofa e escritora Sueli Carneiro (2019) também defende um feminismo que considere o viés de cor, por entender que a mulher negra tem um histórico de opressão diferente da mulher branca, em todos os aspectos, entretanto, ao longo da história, o discurso clássico sobre a opressão da mulher não reconhece essas diferenças.

A autora descreve vários aspectos evidenciando essas diferenças. Tratando do mito da fragilidade feminina, por exemplo, ela afirma que as mulheres negras nunca foram vistas como frágeis, pelo contrário, sempre trabalharam, inclusive até na execução de serviços pesados. Estiveram a serviço das mulheres “frágeis”, mesmo quando estas estavam dentro de seus lares e continuaram quando estas saíram para trabalhar fora. O mito da rainha do lar também não se aplica à realidade das mulheres

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



negras, que “fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (CARNEIRO, 2019, p. 326).

Sob o aspecto de que a mulher é um subproduto do homem, criada a partir da costela de Adão, temos outro quesito relacionado à mulher branca, porque a mulher negra faz parte de uma cultura na qual Adão nem existe. “Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura” (CARNEIRO, 2019, p. 326).

Diante de tantas diferenças entre as mulheres brancas e negras, é necessário que o feminismo tenha esse recorte racial. Com este ponto de vista, Carneiro (2019) entende que o feminismo negro, que tem por base sociedades multirraciais, plurais e racistas, possui como principal eixo o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero. Assim, não basta lutar contra as desigualdades de gênero, é preciso também lutar contra as opressões resultantes do racismo.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista (CARNEIRO, 2019, p. 327).

A luta por igualdade de direitos precisa ser feminista e anti-racista. Para Carneiro (2019), quando o movimento de mulheres negras expõe as contradições que envolvem raça, classe e gênero, ele une as lutas históricas tanto do movimento negro, quanto do movimento de mulheres, pois acaba “enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (CARNEIRO, 2019, p. 327).

Entendemos que essas lutas e resistências ecoaram na representação política no Estado brasileiro. Estamos longe da paridade política entre homens e mulheres, e também dentre as mulheres que assumem cargos políticos, as mulheres negras ainda

PROMOÇÃO



APOIO



são minoria. O resultado das eleições de 2022 mostram bem isso, como é possível ver nas tabelas 1 e 2, somente 29 mulheres autodeclaradas negras foram eleitas para o Congresso Nacional.

Tabela 1 – Deputados (as) Federais eleitos (as) em 2022

Cor/Raça	Quantidade	Gênero	
Branca	368	Masculino - 310	
		Feminino - 58	
Negra	136	Pretos - 27	Masculino - 14
			Feminino - 13
		Pardos - 109	Masculino - 93
			Feminino - 16
Indígena	5	Masculino - 1	
		Feminino - 4	
Amarela	3	Masculino - 3	
Não declarou	1	Masculino - 1	
Total Geral	513		

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE (2022).

Tabela 2 – Senadores (as) Federais eleitos (as) em 2022

Cor/Raça	Quantidade	Gênero	
Branca	18	Masculino - 14	
		Feminino - 4	
Negra	6	Pretos - 3	Masculino - 3
		Pardos - 3	Masculino - 3
Indígena	2	Masculino - 2	
Não declarou	1	Masculino - 1	
Total Geral	27		

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do TSE (2022).

É importante destacar que o TSE passou a coletar informações de raça dos candidatos em 2014. A coleta se dá pelo preenchimento da autodeclaração racial do Formulário de Registro de Candidatura. Antes, não era possível a identificação de candidatos negros participantes das eleições. Como não existe uma banca de heteroidentificação, a exemplo do que ocorre em concursos públicos e universidades, ainda é grande a possibilidade de essa autodeclaração ser burlada, principalmente

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



porque os partidos são obrigados a ter cota racial e recebem verbas específicas para isso.

Matéria publicada pelas jornalistas Simone Freire e Beatriz Mazzei (2022) no site Uol, com o título “Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos”, evidencia a possibilidade de fraudes nas autodeclarações raciais. A jornalista Vitória Queiroz (2022), na reportagem “22% dos senadores eleitos são negros”, publicada no site Poder 360, também apontou essa divergência. “Em 2022, as autodeclarações de alguns postulantes foram alvo de críticas. ACM Neto (União Brasil), que disputa o governo da Bahia, declarou-se branco em agosto e depois mudou para pardo”.

Apresentado este panorama e com base em dados do último IBGE (2022), que apontam que o Brasil tem uma população formada por 53% de mulheres e 56% de negros, podemos afirmar que o Congresso Nacional não reflete essa realidade. E em termos de representatividade, as mulheres negras estão abaixo das mulheres brancas e também dos homens negros. Assim, a sociedade brasileira é um reflexo da hierarquização apontada pelas autoras apresentadas neste artigo. Fazendo uma analogia a uma pirâmide, os homens brancos estão no topo e as mulheres negras, na base.

No entanto, apesar da quantidade pequena de parlamentares negras, percebemos um avanço qualitativo resultante das negociações e dos conflitos encarados pelo movimento feminista interseccional. Na legislatura atual da Câmara Federal, destacamos duas deputadas negras que foram reeleitas: Benedita da Silva (PT/RJ), que está em seu sexto mandato, e Talíria Petrone (PSOL/RJ), que está no segundo. Ambas têm os mandatos pautados pelo combate ao racismo e na luta pela garantia dos direitos das mulheres pretas e periféricas.

Ressaltamos também a eleição de Erika Hilton (PSOL/RJ) e Duda Salabert (PDT/MG), que são as primeiras mulheres trans eleitas deputadas federais. As duas foram vereadoras nas capitais de seus estados antes de chegar ao Congresso Nacional e obtiveram votações recordes. Outro destaque da bancada feminina são

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Carol Dartora (PT/PR), ex-vereadora de Curitiba; Jack Rocha (PT/ES), Daiana Santos (PCdoB/RS), ex-vereadora de Porto Alegre; e Denise Pessôa (PT/RS), vereadora por quatro mandatos em Caxias do Sul; que entram para a história como as primeiras deputadas federais negras de seus estados, Paraná, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, respectivamente.

Ter parlamentares negras é uma maneira de jogar luz sob a questão racial e trazer para o debate público questões específicas das mulheres negras, como enfatiza Carneiro (2019), ao falar da necessidade de demarcar as pautas raciais, que precisam ser pensadas levando em consideração a cor da população.

4. A OPRESSÃO DA MULHER PRETA TAMBÉM É QUESTÃO DE CLASSE

O feminismo decolonial tem uma posição totalmente contrária ao feminismo liberal, cujas pautas estão focadas, muitas vezes até restritas, na liberdade sexual e na igualdade no mercado de trabalho, sem levar em consideração as desigualdades existentes entre as mulheres. Ele é ainda contrário ao feminismo hegemônico branco europeu, que foi constituído a partir de uma ótica racista, classista e heteronormativa e, por isso, é denominado também como feminismo civilizatório pela cientista política, historiadora e escritora Françoise Vergès (2020).

Vergès (2020) chama a atenção para a invisibilização das mulheres negras e racializadas que tornam a existência do capitalismo neoliberal e do heteropatriarcado possível. A autora aponta, a partir de fatos reais cotidianos, mas invisibilizados, que sem o trabalho de milhões de mulheres racializadas desde a escravidão até hoje não existiria sociedade e capitalismo neoliberais. É, sobretudo, devido o trabalho doméstico – limpeza dos lares e cuidado com crianças, idosos e pessoas com deficiência - dessas mulheres, que homens e mulheres brancas podem sair de casa para trabalhar e serem bem remunerados por isso, além de terem acesso ao lazer e diversão. A autora denuncia o que chama de capitalismo racial, um sistema profundamente desigual de dominação de gênero, sexualizado e racializado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Escrevi este livro para mostrar que o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. Também o escrevi para tornar visível a dimensão colonial e racial de um feminismo europeu convencido de ter escapado das ideologias racistas da escravatura e do colonialismo. Chamo esse feminismo de civilizatório porque ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses (VERGÈS, 2020, p. 11).

Assim, um feminismo decolonial deve ser radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista: “o capitalismo racial desmorona sem o racismo, e com ele um mundo inteiro construído sobre a invisibilização, a exploração e a expropriação” (VERGÈS, 2020, p. 75).

Gonzalez (2020) também constata que o panorama das profundas desigualdades raciais existentes na América Latina, permeado pelas desigualdades sexual, social e de classe, é resultado da sociedade capitalista.

Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano (GONZALEZ, p.11, 1988).

De acordo com o que estamos mapeando sobre a presença de parlamentares negras no Congresso Nacional (deputadas e senadoras), o histórico e a biografia dessas mulheres são muito próximos, tendo sido ligadas a movimentos sociais populares, militância, oriundas de classes empobrecidas, que se empoderaram na luta social e/ou por meio do estudo formal.

A trajetória de Benedita da Silva (PT) exemplifica bem essa realidade. A deputada federal nasceu em 11 de março de 1942, na favela da Praia do Pinto, no Rio de Janeiro. De acordo com a biografia disponibilizada no site da Câmara Federal,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



formou-se aos 42 anos de idade em Estudos Sociais e Serviço Social. Em 1982, tornou-se a primeira negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Sempre pelo Partido dos Trabalhadores (PT), além de parlamentar municipal, foi também a primeira Senadora Federal negra, Vice-Governadora do Rio de Janeiro e como informado acima, está em seu sexto mandato como deputada federal, sendo que seu primeiro mandato na Casa Legislativa foi como Deputada Constituinte.

Além dos cargos eletivos, Benedita da Silva trabalhou também como empregada doméstica, professora, vendedora ambulante; Ministra de Estado, Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social e Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. A parlamentar tem diversas obras publicadas, entre elas “Cartilha do Trabalho Doméstico”, “Em Defesa dos Trabalhadores e Movimentos Populares” e “Nação da Discriminação Racial”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este artigo entender a configuração do Congresso Nacional do Brasil, que é predominantemente composto por homens brancos, bem como refletir sobre a trajetória das parlamentares negras na política brasileira, com o auxílio da teoria feminista negra e decolonial a partir das obras de Ochy Curiel, Maria Lugones, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Françoise Vergès e Heloísa Buarque de Hollanda.

A configuração que a Câmara Federal e o Senado Federal possuem hoje é resultante de uma cultura machista e racista que teve início ainda no período de colonização do Brasil. As obras das autoras analisadas neste trabalho nos levam ao entendimento de que, ao longo da história, as mulheres negras foram subalternizadas, colocadas às margens da sociedade. O feminismo branco e eurocentrado deixou de lado e em muitos momentos até excluiu as mulheres negras, o que justifica a necessidade de existir um feminismo interseccional, que leve em consideração o viés de cor e classe social também.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A luta histórica de mulheres negras por reconhecimento, identificação e representação é o que possibilita que hoje tenhamos parlamentares negras no Congresso Nacional. Proporcionalmente, essa representação ainda é pequena, tendo em vista que mulheres e pessoas negras são a maior parte da população brasileira, entretanto, o número de parlamentares negras tem crescido a cada eleição.

Contudo, muitos questionamentos ainda precisam ser respondidos, entre eles destacamos: Essas parlamentares têm direcionado seus mandatos para questões específicas da população negra feminina? Quais são as bandeiras defendidas por elas? Suas pautas são conservadoras ou progressistas? Que mulheres elas representam? Elas consideram-se negras de fato ou se autodeclaram negras para utilizar as cotas raciais?

Esses questionamentos é que vão direcionar a pesquisa em andamento, acrescida ainda da investigação sobre a maneira como as parlamentares negras federais utilizam a rede social digital Instagram como ferramenta de comunicação e relacionamento com eleitores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Benedita da Silva - biografia**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73701/biografia>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 324-333.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 138-161.

FREIRE, Simone; MAZZEI, Beatriz. Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos. **Uol**, São Paulo, 20 de nov. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos->

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



[parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm](https://www.parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm). Acesso em: 13 de mar.2023.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 42-56.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) – Características gerais dos moradores 2020-2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf . Acesso em: 13 mai. 2023.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, n. 22, Florianópolis, set. – dez./2014, p. 935-952.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidad, modernidad/racialidad”. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991.

QUEIROZ, Vitória. 22% dos senadores eleitos são negros. **Poder 360**. 03 out. 2022. Disponível em <https://www.poder360.com.br/eleicoes/22-dos-senadores-eleitos-sao-negros/> . Acesso em: 15 abr.2023.

Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=7811618945662> . Acesso em 15 de março de 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Um-feminismo-decolonial.pdf>.

PROMOÇÃO



APOIO

